



Repositórios institucionais: padrões para registro em diretórios oficiais de acesso aberto

Maria Betânia de Santana da Silva¹

Resumo: Analisa os padrões que qualificam um Repositório Institucional (RI) a integrar a base de diretórios oficiais de acesso aberto, segundo o Directory of Open Access Repositories (OpenDOAR), em contribuição às discussões sobre os caminhos a serem percorridos para um RI eficaz do ponto de vista da interoperabilidade da informação científica em rede mundial, sob a hipótese de assim evitar uma adesão excessivamente simplista, com base apenas nas tecnologias, em detrimento de etapas simples, porém importantes, talvez determinantes para a divulgação da informação científica produzida. A metodologia utilizada é exploratória e a descritiva, com abordagem quali-quantitativa através do levantamento bibliográfico, das condições apresentadas pelo OpenDoar e paralelamente das orientações dadas pelo IBICT como principal órgão de fomento para implantação de Repositórios no Brasil. Conclui-se sobre a importância das ações e parcerias entre instituições e órgãos de fomento para um crescimento com qualidade e maior representação dos RIs brasileiros nos diretórios internacionais.

Palavras-chave: Diretórios oficiais; Interoperabilidade; Publicações científicas; Repositórios Institucionais.

1 INTRODUÇÃO

As primeiras iniciativas para implantação de Repositórios Institucionais tem início a partir do ano de 2000, Kuramoto (2005, apud WEITZE, 2006), e desde então utilizado por organizações de vários países como propostas para gerenciamento da sua produção científica num ambiente digital voltado para uma ampla socialização da informação científica.

¹ Aluna especial da disciplina Informação em ambientes digitais, Programa PRPPGCI/UFPE.



Diante do crescente uso de repositórios digitais em todo o mundo, diretórios oficiais surgem como um “agrupador” para intermediar e ampliar todas as possibilidades advindas da interoperabilidade, como se apresenta o *Directory of Open Access Repositories - Open Doar* (2015), considerado em estudos da Johns Hopkins University como principal diretório para repositórios de acesso aberto. Em 2009 contava com 1.583 para os 2.901 repositórios registrados em julho de 2015, do qual o Brasil desponta entre os 10 primeiros da lista, evidenciando o interesse das instituições brasileiras de pesquisas.

No período de 2012, o Open Doar realizou uma “limpeza” em sua base, como indica Mellis (2013) retirando registros ou recusando solicitações que não se adequavam aos padrões e conceitos do acesso aberto.

O Objetivo deste trabalho é analisar as condições apresentadas pelo Open Doar para que um RI integre sua rede, bem como analisar quais orientações são oferecidas pelos órgãos de fomento às Instituições de pesquisa para a divulgação da Informação Científica brasileira. Estas análises pretendem contribuir na base a discussões prévias de planejamento para uma instituição de ensino superior que pretende implantar um Repositório Institucional eficaz do ponto de vista da interoperabilidade a nível mundial.

2 METODOLOGIA

Quanto aos objetivos, a pesquisa é a exploratória e descritiva, pois de acordo com Cervo e Bervian (2007, p. 49), ela “procura descobrir, com a previsão possível, a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com os outros, sua natureza e características, correlacionando fatos ou fenômenos sem manipulá-los”.

Quanto à abordagem do problema ser predominantemente quantitativa, tem também dimensões fortemente qualitativas e “é caracterizada pela descrição,



compreensão e interpretação de fatos e fenômenos”, Martins e Theóphilo (2007, p.61). Na revisão da literatura os referencias teóricos acerca dos conceitos de Acesso aberto, Repositórios Institucionais e dos diretórios oficiais. A coleta de dados retirada na página do OpenDOAR, identificado como líder dos diretórios oficiais pela Johns Hopkins University, tem foco nas indicações ali descritas para um Repositório integrar sua rede. Além de questionamentos via mail a equipe administrativa relativo aos repositórios institucionais brasileiros Johns Hopkins University. Consideramos também as recomendações do Instituto Brasileiro de Informação, Ciência e Tecnologia (IBICT) em seu papel fundamental de fomento no Brasil nas ações para difusão da Informação Científica através dos Repositórios Institucionais de acesso aberto.

3 MOVIMENTO PELO ACESSO ABERTO A INFORMAÇÃO CIENTÍFICA

O Movimento pelo acesso aberto á informação científica com inicio a partir de reações da comunidade científica, principalmente referente a restrições aos resultados de pesquisas causado por aumento excessivo nos preços dos principais periódicos científicos, num período de grave crise econômica nos anos 70. Como resultado deste descontentamento, surgiu em 1991 nos EUA, o Repositório ArXiv.org² para arquivo de e-prints, o qual teve suas funcionalidades divulgadas e iniciativas semelhantes multiplicadas de tal forma que foi convocada uma convenção, conhecida por Convensão da Santa Fé, para avaliação dos repositórios de e-prints.

Nesta convenção foi aprovada a criação do OAI (*Open Archives Initiative*), com os seguintes objetivos, segundo Noronha (2012), de “desenvolver estratégias alternativas para a comunicação científica pela definição de determinados aspectos técnicos e administrativos que possibilitassem a interoperabilidade entre os repositórios de *e.prints* de perfil acadêmico” e para o IBICT (2006) foi “uma iniciativa para

² Ver www.arxiv.org



promover padrões de interoperabilidade para facilitar a eficiente disseminação de conteúdos”, e através do protocolo de comunicação OAI-PMH para coletar ou promover compartilhamento entre metadados. A criação da OAI repercutiu na criação de pacotes de softwares para construção de repositórios institucionais, tais como: OJS, E-prints, OCS, Dspace, Fedora e CDSware.

Relativos ao uso dos Repositórios Digitais para gestão de conteúdos digitais, Costa (2009) comenta como estes têm sido utilizados não necessariamente para gestão de conteúdos de resultados de pesquisa, mas também para produção de natureza acadêmica pelas universidades e instituições de pesquisa, como uma oportunidade de integrar sistemas relacionados tanto com a pesquisa quanto com o ensino.

Sobre questões de visibilidade, inúmeros estudos são realizados pra mensurar o impacto de resultados de pesquisa, e Costa (2009) evidencia em seus estudos os benefícios da disseminação da informação científica em ambientes de acesso aberto.

3.1 Repositórios Institucionais de acesso aberto à informação científica

Para Sayão (2007) o repositório institucional refere-se a uma biblioteca digital com sistema aberto que trata, além de coleções de informações e tecnologias, também das inter-relações que envolvem “ambiente organizacional, profissionais especializados de diversas áreas, recursos informacionais, usuários claramente definidos, tecnologia de informação, procedimentos, padrões e protocolos” num contexto global, no qual as “normas, padrões, formatos e protocolos cumprem um papel de fundamental importância”.

Referindo-se as bibliotecas digitais, autores como Tamaro e Salarelli (2008, p.147), os relaciona a um fenômeno social da informação, por se tratar de um produto da sociedade e de sua necessidade de organização do conhecimento, por valores econômicos, pessoais e sociais, com intuito de tornar a sociedade mais “participante da



vida social” ou uma “sociedade inclusiva”. No caso dos repositórios, são ferramentas que portam em si grandes potenciais para inclusão e crescimento da sociedade científica de um país, e a participação de instituições que pensam, produzem e consomem ciência, em uma ampla rede de divulgação científica mundial.

A nova economia global, segundo os autores acima citados, trouxe desafios que requer do governo o reconhecimento do valor estratégico que a informação traz para o seu desenvolvimento econômico, social e político, além de maiores possibilidades de competição “com base em conhecimentos avançados e maior produtividade”.

O termo Repositório Digital é conhecido na área tecnológica, que lhe atribui o sentido de “depósito” ou local de armazenamento de dados, no entanto as funções que desenvolve dentro dos conceitos do acesso aberto lhe constituem verdadeira inovação, segundo Costa (2009, p.166), e “é utilizado para denominar vários tipos de provedores de dados que constituem vias alternativas de comunicação científica”, e cita algumas atribuições pelo Digital Repository Infrastructure Vision for European Research (DRIVER) que divide os repositórios em três tipos: Repositórios disciplinares ou temáticos, Repositórios de Teses e Dissertações e Repositórios Institucionais. Porém Leite et al (2012), resume estes três tipos em dois:

- a) Repositórios digitais Temáticos – Voltados à produção intelectual de uma comunidade científica específica;
- b) Repositórios Institucionais – voltados à produção intelectual de uma instituição, especialmente as universidades.

Para o Budapest Open Access Initiative BOAI 10 (2012 apud Mellis 2013) a meta para os próximos dez anos é a de que o acesso aberto se torne o método normal e padrão para a disseminação da publicação científica em todas as áreas do conhecimento e em todo o mundo.



No Brasil, em setembro de 2005, A unidade de pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), lançou um manifesto a favor do Acesso aberto a Informação Científica (IC) e posteriormente algumas pesquisas e tecnologias do acesso aberto, a exemplo da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD). Tais iniciativas se consolidaram pela adesão, principalmente, de Instituições de Ensino Superior. E assim, como consequência, as publicações científicas brasileiras tem surgido entre os primeiros lugares nos diretórios internacionais para repositórios de acesso livre.

Assim o IBICT, tem contribuído com seu programa de orientação as instituições para garantia para a qualidade da infra-estrutura do RI, segundo Leite (2012), cujas finalidades são voltadas ao aumento da visibilidade e fluxo dos resultados de pesquisa, do pesquisador e da instituição como centro de pesquisa.

3.2 Padrões do OpenAccess e Diretórios oficiais

As regras que viabilizam os processos de uma biblioteca digital com sistema aberto e plenamente interoperável, para Sayão (2007), é o uso de padrões, normas, protocolos e formatos. Como tratamos aqui de padrões, apresentamos as seguintes definições trazidas pelo autor acima citado.

- a) Padrões proprietários, desenvolvidos por empresas privadas com objetivo de assegurar ou ampliar as suas participações no mercado;
- b) Padrões abertos, que são publicados e estão disponíveis para uso de quem quer que seja.

Ambos os tipos podem se transformar em um padrão “de fato”, segundo o autor, ou um “conjunto de regras ou especificações que são adotados largamente – e voluntariamente - pelo mercado e que se tornam normativos. Por outro lado, existem os



padrões “de direito”, que são aqueles endossados por organizações oficiais de normalização, em âmbito internacional, como a ISO e a IETF (Internet Engineering Task Force), ou em âmbito nacional como a NISO (National Information Standard Organization) nos Estados Unidos e ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) no Brasil.

Para a ISO 2006 o termo padrão é de "documento aprovado por um organismo reconhecido que provê, pelo uso comum e repetitivo, regras, diretrizes ou características de produtos, processos ou serviços cuja obediência não é obrigatória" (ISO, 2006 apud SAYÃO 2007, p.20)

Para o caso de Interoperabilidade entre sistemas de Informação, o uso de padrões consiste, para Noerr (2003 apud SAYÃO et al, 2007) em tentativas de “unificar a representação, manipulação ou a transmissão de algum item de informação de forma que dois ou mais diferentes sistemas possam “compreender” igualmente este item.

Em geral, uma prática bastante recomendada pelos órgãos de fomento para divulgação da ciência é o registro destes RIs em diretórios oficiais de repositórios, como por exemplo, o Open DOAR e o ROAR, para assim potencializar as possibilidades de visibilidade e fluxo da informação científica. No entanto, os RIs ali registrados passam por avaliações de conformidade com os conceitos do Acesso Aberto, que os validam ou não a fazerem parte desta rede. Ao analisar a lista dos problemas encontrados para não validação, verifica-se que tratar de padrões relativos a: conteúdo, formato, descrição de conteúdos, etc.

O Open DOAR (2015), criado para “apoiar o alcance do movimento de acesso aberto”, foi identificado como líder dos diretórios de Repositórios de Acesso aberto por estudos da Universidade Johns Hopkins. Faz parte de serviços SHERPA dirigido pelo Centro de Comunicação e Pesquisa da Universidade de Nottingham, Inglaterra, de projeto atualmente financiado pelo Joint Information Systems Committee (JISC),



Organização do Reino Unido, que estuda soluções tecnológicas na área da educação, além do financiamento interno.

As propostas que apresenta em seu site tratam de serviços de informação ou um catálogo abrangente de Repositórios de Acesso aberto de relevância para apoio as atividades acadêmicas e de pesquisa da comunidade global, com protocolos de atualização, servindo-se de fonte de análise e estatísticas, além de manter uma lista categorizada por local, conteúdo, entre outros.

Apresenta, portanto, serviços de valor agregado que integram sistemas, como o desenvolvido pelo Open Doar API, para identificação automática do conteúdo de cada repositório, criar lista de repositórios de interesse, de moeda e precisão, das políticas de metadados e de reutilização, verificar a existência de dados de mineração e busca de resultados.

Several services use *Open* DOAR as the basis for their search or harvest processes. Repositories registered or included within *Open* DOAR are more visible and will naturally have their contents more easily found by researchers. While search services can be aware of repositories for metadata harvesting through a basic list or register, with rapidly expanding numbers of sites individual repositories and pieces of content have become harder to find amongst a larger number of search results.(OPEN DOAR, 2015)

O grupo de utilizadores do Open Doar, como sugere o próprio site, tratam-se de: pesquisadores, navegadores, prestadores de serviços, mineiro de dados, administradores e financiadores.

4 DOS RESULTADOS DA PESQUISA

Foram observados no site do diretório Open Doar os critérios para submissão e validação de RI. Numa segunda etapa, realizado questionamento via correio eletrônico, direcionada a equipe administrativa, sobre a posição dos repositórios institucionais



brasileiros quanto a conformidade a estes critérios, ao que retornaram com uma planilha contendo informações referentes ao que apresenta o Gráfico 1.

Expomos as recomendações contidas na cartilha do IBICT sobre as etapas que compõem o processo de implantação de repositórios institucionais, como base para interrogações de pontos que a equipe de Implantação do RI deve-se atentar para um trabalho efetivo.

4.1 Dos critérios para submissão

Periodicamente, a equipe do Open Doar realiza verificações detalhadas nas informações e infraestrutura do repositório que se inscreve em seu diretório, com base nos critérios que garantam, essencialmente, o acesso e disponibilização de textos completos, como segue:

- 1- Site acessível;
- 2- Conter textos completos abertamente acessíveis;
- 3- Conteúdo útil para pesquisadores acadêmicos.

E das razões comuns para não ser aceito, verifica-se:

- Sites com nenhum material de acesso livre;
- Continuamente fora do ar, ou inacessíveis;
- E-journal;
- Sites apenas com metatadados de links que remetem a páginas externas;
- Com estrutura de catálogo de bibliotecas ou coleção de e-books acessível apenas localmente;
- Base de dados proprietária, que requer assinatura para acesso;
- Material que necessita de login para ser acessado;
- Base de dados proprietária que necessita de assinatura.



Vem ainda esclarecer que os repositórios ali disponíveis não são necessariamente compatíveis com o OAI-PMH, mesmo se amplamente utilizado, em si não é sinônimo de acesso aberto.

Portanto, as recomendações são de que “os repositórios precisam ser categorizados com informações claras relativos as suas políticas sobre documentos revisto por pares e os não revisto por pares, cobertura de assunto, políticas de coleta e preservação, etc”. Apontam ainda que dois terços dos repositórios ali registrados não têm nem metadados ou políticas de reutilização de texto completo. Sem essas informações, não é possível apresentar garantias de que os dados ali são autorizados a serem recolhidos para análise e reuso o que prejudica em muito os serviços do repositório.

Atualmente o referido diretório rejeita cerca de um quarto das sugestões de registros de RI, como evidencia o Gráfico 1.

GRAFICO 1 – Situações para não aceitação de RI no diretório Open Doar.

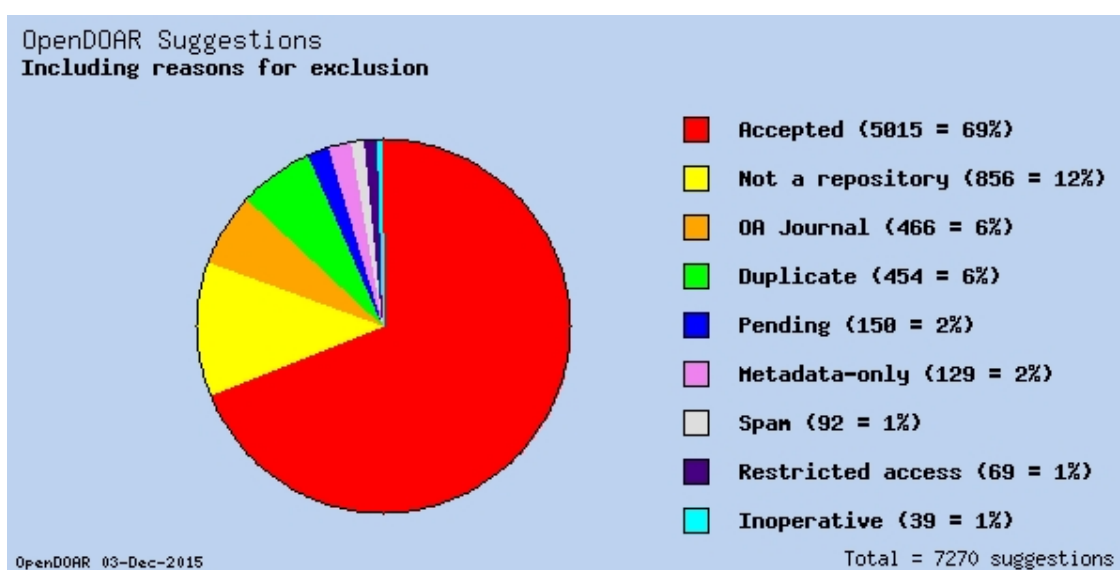


Gráfico 1 – Disponível no site Open Doar, dez.2015.



O número anual global de sugestões, segundo informações do site, e tem crescido de forma constante, mas a taxa de rejeição se manteve estável em cerca de 22% das sugestões.

Open DOAR survey and statistics has helped to examine and clarify the emerging structure of the world-wide repository network. The work on classification and on metadata allows innovative and focussed search services, wherever they are based, to more efficiently identify required resources. As regards the listing itself, users can be assured of its sustainability, maintenance and authority.

Mellis (2013) observou em sua pesquisa que “os critérios adotados pelo OpenDOAR não se referem à qualidade intrínseca do repositório, mas de critérios de “cunho operacional”, sugerindo que os “repositórios cadastrados no diretório não possuem, necessariamente, qualidade superior a dos demais” e sugere ao diretório em questão, por ter atribuições de monitorar o crescimento das iniciativas do acesso aberto no mundo, para informações mais refinadas e precisas aos administradores de RI sobre os padrões de conformidade. O OpenDoar (2015) informa em sua página que estes serviços de orientação as instituições atualmente fazem parte de seu programa de avaliação dos RI.

Quanto ao Brasil, o **Open Doar** respondeu **aos questionamentos via mail e encaminhou** uma planilha demonstrando as solicitações **brasileiras** dos anos 2006 a 2014, com um total de 139 Instituições brasileiras que realizaram 230 solicitações neste período, ou seja, alguns repetiram a solicitação após adequação. Aproximadamente 40 solicitações foram rejeitadas por situações que se enquadram nas descritas no Gráfico 1, principalmente por solicitações para bases de periódicos de acesso livre, o qual o Open Doar indicou o Directory of Open Access Journals (DOAJ).

4.2 Das Recomendações do IBICT



Em 2012, como parte de seu programa de orientações às instituições que desejavam implantar seu Repositório Institucional, o IBICT lançou uma cartilha de Boas Práticas, com base no acompanhamento de implantações e desenvolvimento de RI das Instituições de Pesquisa no Brasil, para esclarecer interpretações errôneas, segundo Leite (2012), quanto ao uso de práticas recorrentes que culminavam em retrabalho, desperdícios, além de gerar desconforto e até abalar a credibilidade do RI da equipe diante da instituição.

As etapas sugeridas foram: planejamento, implementação e funcionamento, como se observa na tabela 1, uma adaptação de Costa (2009) e da cartilha do IBICT.

TABELA 1 – Das etapas sugeridas pelo IBICT para implantação do RI

Planejamento	Implementação	Funcionamento
<ul style="list-style-type: none"> ● Custos; ● Equipes e competências; ● Análise contextual (comunidade e necessidades); ● Definição das Políticas; (Contendo: <i>objetivos, serviços, equipe responsável, prazos, quem, o que e como depositar, fluxo, entre outros</i>); ● Arquitetura da Informação. 	<ul style="list-style-type: none"> ● Escolha do software; ● Metadados; ● Vocabulários; ● Controle de autoridade; ● Definição da URL do RI; 	<ul style="list-style-type: none"> ● Povoamento (<i>mapeamento e seleção de documentos</i>); ● Armazenamento; ● Nomeação do arquivo; ● Permissões para armazenamento; ● Direitos autorais; ● Registro nos diretórios internacionais OpenDoar, ROAR; ● Avaliação e estatística; (<i>Módulos de estatísticas e Rankings</i>) ● Serviços para a comunidade; ● Marketing. ● Assinatura de coleções e redes sociais.



Tabela 1 – Adaptado pelo autor, com base em Costa (2009) e Leite (2012).

O comparativo das duas recomendações, do IBICT para implantação do RI e do Open Doar para aceitação, demonstra na tabela 2 claramente as falhas que podemos incorrer em relação ao conteúdo e acesso ao conteúdo, contrárias as filosofias do Open Access.

TABELA 2 – Das recomendações IBICT e das situações para rejeição de um RI pelo Open Doar.

OpenDOAR rejeita	IBICT recomenda
Sites com nenhum material de acesso livre (CONTEUDO)	Textos de conteúdo completo
Sites Continuamente fora do ar, ou inacessíveis (ACESSO SITE)	Definição da URL
Links de catálogos de bibliotecas e páginas externas (NÃO É RI)	Dos conteúdos para os tipos específicos de repositórios digitais.
Base de dados proprietárias, que requer assinatura (ACESSO SITE)	Orientações para o acesso aberto
Material que só acessa com Login (CONTEUDO)	Orientações para o acesso aberto
Sem POLÍTICAS DE COLETA	Uma política do RI
Sem POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO	Uma política do RI
Sem REVISÃO POR PARES	
Sem USO DE METADADOS	Uso de vocabulário e metadados.

Tabela 2 – Organizado pelo autor.



No 18º seminário nacional de bibliotecas universitárias de 2014, em Belo Horizonte, o IBICT alertava sobre avaliações negativas pelos diretórios internacionais aos repositórios brasileiros, e anunciou o lançamento da segunda edição de sua cartilha de Boas Práticas, entre outras ações que desenvolve. A ênfase dada foca aos cuidados em práticas simples que repercutem no acesso e visibilidade RI, como as que seguem descritas abaixo:

- a) Estruturação da url da página;
- b) Visibilidade de link para o repositório na página institucional;
- c) Disponibilização no RI de página para estatísticas;
- d) Uso de licença creative commons;
- e) Interfaces de navegação em outras línguas;
- f) Apresentação de políticas e tutoriais sobre depósito de documentos;
- g) Política de preservação;
- h) Cuidados na intermediação de documentos;
- i) Disponibilização de mapa do site;
- j) Uso de vocabulário controlado e de metadados dc.rights, entre outros.

Diante das possibilidades que um RI traz para a comunicação científica, observar que o Brasil acompanha a porcentagem de 22% de rejeição dos RI em diretório como o OpenDoar é algo que incomoda e traz alguns questionamentos. Fazer ajustes numa etapa de conclusão pode ser comum, porem as orientações existem e são consistentes para a implantação de um RI com a qualidade requerida.

5 CONCLUSÃO

Os repositórios portam grandes possibilidades de visibilidade, que pode ter uma amplitude a nível mundial. Para os que almejam participar de um diretório de acesso aberto, cabe a adesão e conformidade a padrões que precisam ser considerados desde a



concepção do RI. Possivelmente com auxílio das orientações de órgãos como o IBICT, que evidentemente tem contribuído para o crescimento e qualidade dos repositórios institucionais brasileiros, conseqüentemente na visibilidade de sua produção científica na comunidade internacional.

Este trabalho ressalta que a tecnologia é importante e cumpre seu papel se acrescidos de: envolvimento de toda equipe, comprometimento institucional e parcerias com órgãos de fomento que forneçam informações técnicas e até maior profundidade no conhecimento e alcance do acesso aberto a informação científica. Com tudo isto é possível formar uma base importante para o planejamento voltado ao sucesso deste empreendimento, com ajustes mínimos.

Os eventos nacionais tem sido ocasião para ampliar a troca de informações, os encontros de grupos de estudos da área ou orientações voltadas a implantação de RI são esclarecedoras e estimulantes, porem algo mais pode ser feito?

Avaliações negativas alertam sobre a necessidade de um maior envolvimento de todas as partes, inclusive do governo brasileiro a ir além do incentivo ao conhecimento e uso das possibilidades tecnológicas do acesso aberto, para a criação de diretrizes nacionais que traga uniformidade a estruturação de RIs como parte de uma política estratégica para maior compartilhamento, visibilidade e fluxo da produção científica brasileira.

Institutional repositories: standards for inclusion in the official directory of open access

Abstract: This paper analyzes the patterns that qualify an Institutional Repository (IR) to integrate the basis of open access official directories, according to the Directory of Open Access Repositories (OpenDOAR), in contribution to the discussions on the routes to be followed for an effective IR from the point view of interoperability of scientific information on global network. It works under the hypothesis that with this it is possible to avoid an overly simplistic membership, based only on technology at the



expense of simple steps, but important and perhaps decisive, for the dissemination of produced scientific information. The methodology used is exploratory and descriptive, with qualitative and quantitative approach through literature, the conditions presented by OpenDOAR parallel to the orientations given by IBICT as the main financing agency for the implementation of Repositories in Brazil. It is concluded about the importance of actions and partnerships between institutions and development agencies to growth with quality and greater representation of Brazilian IRs in international directories.

Keywords: Official Directories; Interoperability; Scientific Publications; Institutional Repositories.

REFERÊNCIA

BUDAPEST OPEN ACCESS INITIATIVE RECOMMENDATION (BOAI 10). 2012. Disponível em: <<http://www.budapestopenaccessinitiative.org/boai-10-recommendations>>. Acesso em: dez. 2013.

CAMARGO, Liriane SA; VIDOTTI, S. Uma estratégia de avaliação em repositórios digitais. **SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS–SNBU**, v. 15, 2008. Disponível em: <http://www.sbu.unicamp.br/snbu2008/anais/site/pdfs/3560.pdf>. Acesso em out.2014.

CARIBÉ, Rita de Cássia do Vale. A aplicação do desenvolvimento e gerenciamento de coleções na construção de repositórios institucionais. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, v. 3, n. 2, 2010.

CERVO, Amado; BERVIAN, Pedro. A. **Metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Makron Books, 2007.

COSTA, Sely Maria de S.; LEITE, Fernando C. L. Insumos conceituais e práticos para iniciativas de repositórios institucionais de acesso aberto à informação científica em bibliotecas de pesquisa. In: SAYÃO, Luis et al. **Implantação e gestão de repositórios institucionais**: políticas, memória, livre acesso e preservação. Salvador: EdUFBA, 2009. p.163-202. <http://core.kmi.open.ac.uk/download/pdf/11887088.pdf>



DIRECTORY OF OPEN ACCESS REPOSITORIE. **OpenDoar**: The Directory of Open Access Repositories – *OpenDOAR*. Disponível em: <http://www.opendoar.org/>. Acesso em out.2014 a set.2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Arquivos abertos e a democratização da informação científica**. Apresentação no Simpósio Comunicação Científica: desafios da inclusão digital, Florianópolis, 2006.

KURAMOTO, Hélio. **Os open archives e as política públicas para a informação científica**. Textos. Disponível em: http://www.sbpcnet.org.br/livro/57ra/programas/CONF_SIMP/textos/heliokuramoto.htm. Acesso em nov.2014.

LEITE, F. et.al. **Boas práticas para a construção de repositórios institucionais da produção científica**. Brasília: Ibict, 2012. Disponível em: <http://livroaberto.ibict.br/handle/1/703>. Acesso em ago.2014.

LEITE, Fernando César Lima. Diretrizes para a construção de repositórios institucionais de acesso aberto à informação científica. In: **SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS**, v. 15, 2008. Apresentação de curso ministrado. <http://core.kmi.open.ac.uk/download/pdf/11884728.pdf>

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007.
MELLIS, M.F.M. Os critérios para cadastramento no OpenDoar e os repositórios institucionais luso-brasileiros. **InCID: R. Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v. 4, n. 2, Ed. esp., p. 20-33, jul./dez. 2013. Disponível em: http://www.revistas.usp.br/incid/article/download/69268/pdf_3 >. Acesso em dez.2014.

NORONHA, Ilma Horst. As políticas públicas de informação e o acesso livre à informação científica em saúde sobre as doenças negligenciadas: um estudo exploratório. **RECIIS – R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde**. Rio de Janeiro, v.6, Sup., ago., 2012. Disponível em: <10.3395/reciis.v6i2.Sup1.625pt>. Acesso em dez.2014.

RIBEIRO, O. B.; VIDOTTI, S. A. B.G. Otimização do acesso à informação científica: discussão sobre a aplicação de elementos da arquitetura da informação em repositórios digitais. **Biblos**, Rio Grande, v.23, n.2, p.105-116, 2009
http://www.brapci.inf.br/repositorio/2010/05/pdf_40f23884f7_0009995.pdf



RODRIGUES, Maria Eduarda; RODRIGUES, António Moitinho. Indicadores de desempenho—ferramentas para avaliação de repositórios institucionais. In: **Actas do Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas**. 2012. <file:///C:/Users/Sibi/Downloads/304-1194-1-PB.pdf>

In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS (SNBU), 18, Belo Horizonte, 2014.

SAYÃO, Luis et al (Org). **Implantação e gestão de repositórios institucionais:** políticas, memória, livre acesso e preservação. Salvador: EDUFBA, 2009. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/473/3/implantacao_repositorio_web.pdf. Acesso em: 08 out.2014

TAMMARO, A.M.; SARELLI, A. **A biblioteca digital**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

TOMAEL, Maria Inês; SILVA, Terezinha Elisabeth da. **Repositórios Institucionais:** diretrizes para políticas de informação. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:jKXZqBdYVagJ:www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT5--142.pdf+&cd=4&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: nov.2014.

VIANA, C. L. M.; MÁRDERO ARELLANO, M. A.; SHINTAKU, M. **Repositórios institucionais em ciência e tecnologia:** uma experiência de customização do Dspace. <http://189.73.116.32/xmlui/bitstream/handle/123456789/125/viana358.pdf?sequence=1> Acesso em: 05 nov.2014.

VIANA, C. L. M.; MÁRDERO ARELLANO, M. A. **Repositórios institucionais baseados em Dspace e ePrints e sua viabilidade nas instituições acadêmico-científicas**. (2006). [http://eprints.rclis.org/8834/1/Trabalho SNBU RI DSpace EPrints IES.pdf](http://eprints.rclis.org/8834/1/Trabalho_SNBU_RI_DSpace_EPrints_IES.pdf)

WEITZEL, Simone da Rocha. O papel dos repositórios institucionais e temáticos na estrutura da produção científica. **Em Questão**, Porto Alegre, RS, v.12, n.1, p.51-71, jan./jun.2006. <http://revistas.univerciencia.org/index.php/revistaemquestao/article/view/3709/3497>



Informação do autor

Maria Betânia de Santana da Silva

Bibliotecária-documentalista, MBA Gestão Empresarial

Universidade Federal Vale do São Francisco (UNIVASF)

Email: Betsant01@gmail.com / betania.silva@univasf.edu.br

